

<http://dx.doi.org/10.15448/1677-9509.2024.1.45635>

SEÇÃO: ARTIGOS E ENSAIOS

Para além da rotina: A dimensão política no trabalho de assistentes sociais e sua indissociabilidade com o projeto ético-político e da direção social da categoria profissional

Beyond the routine: The political dimension in the work of social workers and its inseparability with the ethical-political project and the social management of the professional category

Elaine Pintos de Oliveira¹

orcid.org/0009-0008-6832-4411
pintos.nani@gmail.com

Tatiana Reidel¹

orcid.org/0000-0002-8590-3836
tatyreidel@gmail.com

Recebido: 11 jan. 2024.

Aprovado: 02 abr. 2024.

Publicado: 23 jul. 2024.

Resumo: Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa bibliográfica e empírica realizada com assistentes sociais, visando obter dados sobre as apreensões desses profissionais em relação à dimensão política do trabalho. Os dados coletados sobre a categoria profissional foram submetidos a uma análise teórica. A dimensão foi demonstrada através do perfil dos profissionais, das suas percepções sobre essa dimensão e dos principais desafios para sua efetivação no trabalho, sob a perspectiva do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Como resultado, percebeu-se uma fragilidade na apreensão desses trabalhadores. Além disso, verificou-se uma dificuldade no dia a dia profissional, associada ao distanciamento da perspectiva crítica, sugerindo a necessidade de discutir a dimensão política do trabalho de assistentes sociais em um cenário de ascensão neoconservadora. Essa postura política é fundamentada na individualização, competição, imediatismo, flexibilização, precarização e regressão dos direitos da classe trabalhadora, tendo em vista o contexto ultra neoliberal.

Palavras-chave: dimensão política; trabalho de assistentes sociais; direção social crítica.

Abstract: This article presents the results of a bibliographical and empirical study carried out with social workers. The aim was to obtain information on the apprehensions of these professionals about the political dimension of their work. The data collected in the category was submitted for theoretical analysis. The dimension in question was demonstrated through evidence of the professionals' profile, their perceptions of this dimension, and the main challenges for its realization at work from the perspective of the Ethical-Political Project of Social Work. The data showed that the professionals' apprehension was found to be fragile. In addition, there was a difficulty in day-to-day work associated with a move away from the critical perspective, suggesting the need to resume the discussion of the political dimension of the professionals' work regarding neoconservative ascension, individualization, competition, immediacy, flexibilization, precariousness and regression of the rights of the working class in an ultra-neoliberal context.

Keywords: political dimension, social workers' job, critical social direction

Introdução

No passado recente da realidade brasileira, vivenciou-se um projeto de destruição das políticas sociais, advindas de um governo de extrema-direita (2019-2022) e de grandes tendências neofascistas. Acompanhou-se, também, um modelo de governabilidade apoiado em Medidas Provisórias,



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

as chamadas canetadas, que retiraram direitos adquiridos. Dessa forma, elevaram-se: o nível de exploração no trabalho; as vulnerabilidades; a pobreza e a pobreza extrema. Desmobilizada e incapaz de parar o país, a classe trabalhadora assistiu ao desmonte já iniciado no governo de Michel Temer (2016-2019), pós-golpe da então presidenta Dilma Rousseff.

Tudo isso foi resultado do espraiamento de um pensamento conservador, arcaico, ou melhor, ultraconservador, apresentado como anti-intelectual, que nega as ciências, o bem-estar social, as políticas sociais, a vida, além de adensar um profundo descarte do ser humano. O fenômeno não foi restrito ao cenário nacional. Na verdade, foi algo percebido no mundo, com o avanço da ofensiva conservadora, de feições reacionárias, que alimentam o ódio e a barbárie. Trata-se do conservadorismo, que necessita ser decifrado, pois apresenta traços diferentes do conservadorismo clássico.

Como se pode notar, havia uma disputa ideológica e política de dois projetos: um que mantinha a ordem capitalista; e outro que buscava a construção de uma nova ordem societária, do qual o Serviço Social é signatário. Nesse cenário, ao trabalhador que atua na área, é requerida uma necessidade de crítica e, também, de resistência aos processos de trabalho, para que a direção social da categoria conflua com o Projeto Ético-Político da profissão. Assim, o debate sobre a dimensão política do trabalho de assistentes sociais necessita de aprofundamento, pois se evidencia, na pesquisa bibliográfica em periódicos renomados desse campo, a escassa produção sobre o tema.

A literatura fundamenta-se em uma análise de artigos científicos publicados nas revistas *Temporalis* e *Serviço Social* entre 2010 e 2021. A amostra é composta por 699 produções. Os resultados indicam poucos estudos na área nos 11 anos de abrangência, dentre os quais apenas três conjugavam as categorias principais: questão social e trabalho de assistente social, articulado com a dimensão política.

Apesar de o todo da pesquisa reunir dados

bibliográficos e empíricos, este texto aborda apenas os dados empíricos, analisados e fundamentados teoricamente, obtidos no questionário e nas entrevistas. Apresenta, também, as reflexões realizadas na sistematização feita durante a pesquisa junto a assistentes sociais da região do Vale do Rio Pardo.

Após, detalham-se os procedimentos metodológicos. O questionário foi enviado para os(as) profissionais que exercem suas funções nos 23 municípios do Vale do Rio Pardo, cadastrados(as) no Núcleo do Conselho Regional de Serviço Social (NUCRESS) Vale do Rio Pardo, parceira deste estudo. O total identificado de assistentes sociais que trabalham nos distintos espaços ocupacionais, totalizam o número de 40 profissionais, sendo para estes destinados os questionários. Depois desse envio, nove foram os retornos completos por meio deste instrumento de coleta.

Na etapa da entrevista, a seleção ocorreu seguindo os respectivos critérios: exercer a função de assistente social nos municípios com maior número populacional (população superior a 10.000 habitantes) e nos municípios com menor número populacional (população inferior a 10.000 habitantes); estar vinculado(a) ao serviço público municipal, sendo uma representação do serviço público, com vínculo estável, concursado(a) ou representar o serviço público com outro tipo de contratação (registro de pagamento autônomo – RPA; contrato temporário; contrato emergencial; cargos em comissão (CCs); intermitente; voluntário, etc.) e, estar registrado (a) junto ao NUCRESS Vale do Rio Pardo (preferencialmente). A partir desses critérios, sete pessoas foram escolhidas e entrevistadas.

Diversos foram os resultados e as discussões suscitados a partir das entrevistas, que serão apresentados ao longo deste artigo. Buscou-se dividi-lo em três tópicos, que seguem uma linha de raciocínio, são eles: o perfil de assistentes sociais respondentes da pesquisa; a apreensão de profissionais sobre a dimensão política da profissão; os principais desafios postos a assistentes sociais, para a efetivação da dimensão política

no cotidiano do trabalho profissional.

Perfil dos profissionais da pesquisa

O perfil dos sujeitos da pesquisa apresenta características que coadunam com as produzidas na área do Serviço Social. Um exemplo disso é o estudo nomeado *Perfil, Formação e trabalho de Assistentes Sociais no Estado do Rio Grande do Sul*. Os(as) assistentes sociais das regiões adstritas às Seccionais, que responderam à pesquisa (2.930), representam 34,45% do total de profissionais ativos(as) vinculados(as) ao CRESS 10ª Região e possuem perfil majoritariamente feminino (93,79%). Além disso, há concentração de profissionais na faixa etária entre 20 e 39 anos, que totaliza 48,5%; de 20-29 anos (12,9%); de 30-39 anos (35,6%); 40-49 anos (25,7%) e predomínio da raça branca (82,77%) (REIDEL; CORREA, 2022, p. 5).

Iamamoto e Carvalho (2014) já expressavam as particularidades da predominância feminina na base social inicial do Serviço Social: "caracteriza assim, por ser um movimento ao qual se dedicam mulheres de famílias abastadas, reunidas a partir de seu relacionamento e militância no meio católico" (p. 229). Embora haja essa ratificação, a concentração da faixa etária dos 30 aos 50 anos apresenta uma leve dissonância com a pesquisa ora citada, por não apresentar profissionais com menos de 30 anos.

Quanto à modalidade da graduação, a maioria dos participantes é formada no ensino presencial. Nesse ponto, vale ressaltar que a pesquisa foi realizada na região do Vale do Rio Pardo. Na área territorial, a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) desponta como referência majoritária de instituição formadora.

Outro ponto que se alinha à formação acadêmica diz respeito à educação continuada. A ampla maioria possui o certificado de especialista e somente um profissional é mestre. O Conselho Federal de Serviço Social já mostrava

isso em um estudo publicado, em 2022, sobre o perfil de assistentes sociais no Brasil. Segundo os dados coletados, profissionais que realizaram curso de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) formam menos de 10% do total pesquisado². Portanto,

Os dados reforçam a interpretação que as possibilidades de acesso aos cursos de pós-graduação, assim como os de graduação, são determinadas em grande medida pela disponibilidade de oferta. Enquanto os cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) ofertam vagas reduzidas, e em sua maioria nas universidades públicas sediadas nas capitais, os cursos *lato sensu* são pagos, ofertados em sua maioria pelas instituições privadas, com maior número de vagas, em instituições sediadas também no interior, o que amplia a possibilidade de acesso, ainda que sob forma mercantilizada (CEFESS, 2022, p. 73)

Destarte, a área da Assistência Social desponta como principal espaço sócio-ocupacional. Isso reforça outros estudos que identificam um significativo crescimento de inserção de assistentes sociais na área após a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), importante locus de produção de conhecimento³.

Dentre os resultados, cabe, ainda, destacar que o vínculo empregatício é, majoritariamente, estatutário. Houve, apenas, a identificação de um profissional contratado; esse perfil, portanto, destoava de outros estudos que apontam o crescimento de contratos celetistas. A identificação e a disposição de um profissional por contrato temporário podem não representar um número fidedigno de profissionais nesse tipo de contratação, tendo em vista que, na pesquisa empírica, evidenciam-se comportamentos de receio e reticência em relação ao tema pesquisado.

Outrossim, percebe-se que a pesquisa causou a desistência de alguns participantes. Ao analisar os perfis dos desistentes, notou-se que apresentavam um vínculo fragilizado e dependente de contratação, como os contratos temporários ou

² Ver mais em: Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional. CEFESS (Conselho Federal de Serviço Social). Brasília, 2022, p. 9-135. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf> Acesso em: nov., 2023.

³ Estudo paralelo realizado (PRATES *et al.*, 2012) mostrou que o Serviço Social é responsável por cerca de 80% da produção nacional de conhecimento sobre a área da Assistência Social no país, se consideradas as dissertações e teses disponibilizadas no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que versam sobre a Política e Sistema Único de Assistência Social e SUAS. (PRATES; CLOSS, 2015, p. 373)

com RPA. Mesmo que “a prevalência de vínculo contratual no setor público municipal seja uma tendência histórica do mercado de trabalho de assistentes sociais, após a Constituição Federal de 1988” (CEFESS, 2022, p. 91), as consequências da precarização do trabalho com as terceirizações são incontestáveis.

Diante do exposto, abre-se a próxima seção para se discutir mais a respeito da apreensão dos(as) assistentes sociais.

A apreensão de profissionais sobre a dimensão política da profissão

No que se refere à apreensão dos profissionais sobre a dimensão política do trabalho profissional, constata-se um conflito de compreensões dos respondentes do questionário. Dentre as nove respostas sobre a pergunta que trata da existência de uma dimensão política do trabalho profissional, um sujeito negou haver essa dimensão. Nas oito respostas afirmativas, observam-se posicionamentos, como “o Serviço Social é essencialmente político no que tange aos direitos sociais” e “o trabalho do assistente social não é neutro e possui intencionalidade”.

As entrevistas apontam um entendimento inverso, pois somente uma entrevistada foi mais objetiva quanto ao seu entendimento.

“(...) a dimensão política é... como que eu vou dizer ... (deixa eu achar a palavra)... mas, ela é voltada para o posicionamento, no meu entendimento, de uma classe, de um posicionamento a favor da classe (...) e a importância que ela tem na execução e no exercício da profissão acho que é no dia a dia, como que a gente vai envolver o nosso trabalho pensando em quem que a gente defende”. (AS)

No entanto, outras falas refletem uma fragilidade na compreensão da dimensão política do trabalho profissional, pois figura uma certa confusão entre as categorias. Por exemplo, na fala voltada à política partidária, como sendo uma dimensão política da profissão: “éramos pessoas de fora (...) não éramos da cidade (...) daí entra a questão política (...) a gente não tinha aqueles vícios

políticos” (AS-D). Em outra resposta, há referência a uma associação com a política pública: “ela se dá, por meio de interligar as gestões, né? De interligar a sociedade com a política da assistência social, com a saúde, com a educação” (AS-E).

Essa fragilização reforça o antigo debate na profissão de situar o trabalho profissional no conflito das classes. Para Lamamoto (2013), fazer isso “implica decifrar a complexa rede de relações de poder que hoje conforma a sociedade brasileira” (p.144), polarizadas entre os que se alinham à classe dominante e os que se articulam às classes desfavorecidas.

Palma (1993), por sua vez, reforça que o tema diz respeito ao afastamento ou, até mesmo, a uma negação da dimensão política do trabalho profissional, momento em que os trabalhadores passam a dedicar-se “à profissão” e recusam aceitar o “efeito político que este exercício possa ter” (p.13). Ademais, reverbera que:

Uma variante desta postura, na medida em que expressa um desalento em face das possibilidades políticas da prática profissional, é a assumida por aqueles que separam nitidamente, tanto na ação profissional do militante buscando, enquanto funcionários, um exercício asséptico e dominado pela eficiência técnica e, em seguida, deslocando-se para a vida partidária: 8 horas voltadas para o reforço do sistema e 8 horas comprometidas com a sua destruição. (PALMA, 1993, p.15)

Por fim, o autor aponta que “este conceito insuficiente do político (grifos nossos), confere contraditoriedade ao profissional” (p.116) em fazer política, no sentido contrário ao de ser funcionário de sua manutenção.

Dessa forma, é possível identificar que, nas respostas, existem fragilidades importantes para materializar a dimensão política do trabalho profissional, pois se somando os respondentes do questionário e os participantes das entrevistas (Quadro 1) há um total de 16 sujeitos. Dentre eles, apenas uma resposta foi positiva quanto à participação na organização política da categoria, sendo que as outras 15 responderam negativamente.

QUADRO 1- Confluência entre respondentes do questionário e os respondentes das entrevistas sobre participação política e interação com movimentos sociais

Perguntas	sim	não
Participa da organização política da categoria.	01	15
Participa do controle social da política o qual está vinculado no espaço ocupacional.	09	07
Interage com algum movimento social.	01	15

Fonte: Oliveira (2023).

Ao analisar os resultados, observa-se um afastamento de assistentes sociais dos espaços de organização política da categoria, algo profundamente necessário no momento de perdas políticas. As entidades representativas, assim como o Conselho Federal e o Conselhos Regionais do Serviço Social, são instâncias político-organizativas indispensáveis no direcionamento profissional e de resistência e luta em prol de direitos.

As organizações são espaços que coadunam com as forças de esquerda contra o avanço da extrema-direita, que degradou políticas sociais importantes para a classe trabalhadora. Para Costa *et al.* (2017), "cumprem um importante papel na produção e disseminação de documentos", além de direcionarem "na defesa dos direitos humanos e sociais" (p. 591) e reconhecerem o condicionamento e a alienação do trabalho nas limitações da sociedade capitalista.

Como resposta à pergunta sobre a participação no controle social da política a qual está vinculado(a) em seu espaço sócio-ocupacional, nove respostas foram positivas envolvendo: Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal de Saúde. Por outro lado, sete respostas foram negativas.

Esses resultados são mais amenos em relação ao anterior, mas igualmente preocupantes, pois são espaços que deveriam ter um número expressivo de profissionais do Serviço Social, tendo em vista que o Código de Ética do Serviço Social institui, como direito do(da) assistente social e dever com a população usuária dessa assistência, a participação nas decisões institucionais. No que versa à interação com algum movimento social, 15 respostas foram negativas e uma positiva, a qual mostra o relato de interação com o Movimento

dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

O resultado exposto alinha-se aos estudos realizados anteriormente no Serviço Social, como o de Guimarães e Marques (2019). Os autores verificaram baixo número de produções sobre o assunto, tendo o menor índice na temática ligada ao movimento sindical e campesino. Ademais, abordam que, ao apreender as expressões de desigualdade na vida dos sujeitos e suas formas de resistência, é possível que assistentes sociais "em seu exercício cotidiano ultrapassar o caráter fragmentado das políticas sociais e o simples reforço à adesão dos sujeitos aos programas e projetos institucionais" (p. 28) reforcem, assim, o apassivamento e a individualização dos direitos.

De maneira similar, Duriguetto (2014) discorre sobre a necessidade de, no exercício profissional, "apreender as expressões que as desigualdades assumem na vida dos sujeitos (...) fortalecer suas formas de resistência" (p.189), formas essas ocultas ou reveladas, identificando os espaços de organização, mobilização e lutas, como processo de importante organização. Outrossim, Iamamoto (2012) enfatiza também a necessidade de que o projeto ético e político da profissão fortaleça a "articulação com as forças vivas da sociedade, intensificando a aproximação com os movimentos sociais" (p.135).

Em suma, pode-se concluir que as produções bibliográficas seguem uma linha unânime de aportes no materialismo histórico-dialético, como a teoria central, para realizar a leitura conjuntural fora dos limites da alienação. O referencial teórico, por sua vez, encontra respaldo em dados empíricos, tendo em vista que não houve negativa dos respondentes para a pergunta 23 do questionário, que trata da relevância da relação

entre o Serviço Social e a teoria social de Marx, como se percebe nas respostas: "*Sem dialética, não há trabalho possível*" (AS-1); "*As bases para um profissional crítico e propositivo vêm da teoria de Marx*" (AS-2). Segue também este entendimento nas respostas: "*Sim, relevante dentro de todos os fundamentos estudados pela formação profissional*" (AS-6); "*Porque ele nos possibilita uma compreensão da realidade no seu todo*" (AS-9).

No entanto, nas entrevistas, somente uma das profissionais citou Marx referindo-se à mesma desta forma: "*a minha fonte de aprendizado é marxista*" (AS-G) e, também, identificam-se outras respostas que relacionam seu exercício profissional e sua condição como classe trabalhadora "*porque aí quem vai estar sendo explorado, às vezes, sou eu, porque eu sou fonte de trabalho, eu sou executor do trabalho*" (AS-G).

Desses trechos, inferem-se alguns tópicos. Embora o Serviço Social tenha uma filiação hegemônica na perspectiva crítica marxista, há uma lacuna sobre o entendimento do referencial teórico e da identificação dos profissionais com a classe trabalhadora, tendo em vista que apenas uma entrevistada fez referência a ele; outras correntes filosóficas estão presentes, de forma majoritária, no extrato de investigação.

Nos dados empíricos das entrevistas, analisou-se a categoria mediação. Mesmo não verbalizando, a categoria realiza o processo ao evidenciar uma instrumentalidade.

"Para mim, tudo diz respeito à teoria, né? Eu consigo vincular o tempo inteiro o que a pessoa tá falando com o que aprendi na faculdade, por exemplo. Toda a expressão da questão social se dá devido à exploração da mão-de-obra trabalhista. Mesmo que destoe disso, se tu for [sic] buscar no conhecimento, acho que tem tudo a ver, mesmo que seja um conflito familiar, sabe?" (AS-G)

Sendo assim, apesar de a entrevistada não verbalizar a categoria instrumentalidade, evidencia isso na articulação intelectual. Pode-se, desse modo, depreender que o entendimento das refrações da questão social se apresenta no cotidiano profissional.

Para Yazbek (2014), a agenda neoliberal é

ponto de argumento sobre as dificuldades para reafirmar o projeto profissional, pois "trouxe consequências devastadoras (...) para as políticas sociais, cultura e política" (p. 679). Não obstante, o trabalho e as políticas sociais, engendradas na conjuntura neoliberal, desafiam o Serviço Social na reafirmação do Projeto Ético-Político. Com isso, segundo Boschetti (2017), é necessário "entender as determinações sócio-históricas de conformação do trabalho profissional e das condições de realização" (p. 66).

Ainda acerca desse tema, Ferri (2020) expõe que "o trabalho profissional no campo das políticas sociais, na sociedade capitalista da era neoliberal" (p. 236) afeta os espaços de trabalho dos(as) assistentes sociais. Desse modo, reatualiza o que Sobrinho e Lima (2018) nomeiam, como "tendências ético-políticas conservantistas numa perspectiva de modernizar práticas que atendam aos interesses institucionais e sociais postos pelo *ethos* dominante" (p. 41).

Conforme o exposto, a seguinte fala discute a possibilidade de efetivação da dimensão política do trabalho profissional na forma de: "*mostrar resultados, conquistas em trabalhos com famílias, famílias emancipadas, programas e projetos que obtiveram resultados positivos*" (AS-E). Essa afirmativa faz com que se pense sobre os rumos da tradição marxista para a análise e o direcionamento da categoria profissional. Tal tradição direciona o trabalho com categorias, além disso, possibilita analisar as condições reais de vida da classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2013).

Outra fala da amostra que chama atenção é esta: "*O contexto atual de atuação profissional se apresenta com dificuldades na consolidação do PEP devido às transformações societárias que traz [sic] grande impacto no desenvolvimento do nosso trabalho*" (AS-A). No excerto, observa-se uma exposição conflituosa em relação ao código de ética e o Projeto Ético Político (PEP). Nota-se, ainda, a referência de uma necessária atualização do PEP com as condições de trabalho atuais: "*o nosso PEP deveria ser reestruturado em alguns pontos, muitas coisas têm mudado. Então, o PEP deveria ser mais debatido, (...) atualizado, eu diria*"

(AS-E); e, também, no fragmento: *"devemos rever muito nosso Código de Ética com a realidade de atendimento do Serviço Social"* (ASF). As falas sinalizam a frágil apreensão sobre o projeto profissional que, no código de ética, demarca a direção social do trabalho profissional, bem como apresenta princípios e valores humanistas atuais.

Ao constituir mediações técnicas e políticas que equacionem em condições concretas em meio a novos desafios colocados por novas necessidades, emerge a possibilidade de o Serviço Social redefinir estratégias e procedimentos, sendo que, para Yazbek (2014), este "movimento da profissão, que pode (ou não) realizar direitos de cidadania, não se faz sem referentes, mas segue uma direção social apoiada na força de um projeto profissional" (p. 699).

Os principais desafios postos a assistentes sociais para a efetivação da dimensão política no cotidiano

Nesta seção, são discutidos e apresentados os principais desafios dos profissionais para a efetivação da dimensão política do trabalho de assistentes sociais do Vale do Rio Pardo. Conforme resultado, entre os 16 sujeitos da pesquisa, dois negaram haver desafios e dificuldades e 14 confirmaram a ocorrência. Nas análises realizadas, algumas categorias foram essenciais e materializaram os desafios.

Dentre elas, o assistencialismo⁴ é evidenciado na seguinte fala:

"hoje, para mim, o que se apresenta mais é o assistencialismo, com o cenário político partidário, eu vejo muito claro (...) é isso que nos é proporcionado, é isso que é pedido"; e no extrato "a superação da visão da assistência como assistencialismo, a gente tem isto muito forte, principalmente por parte da gestão, não conseguem entender a assistência como política". (AS-G).

No seguinte fragmento, observa-se a desmo-

tivação em relação ao trabalho profissional *"a questão do assistencialismo, da desmobilização dos profissionais. Acho que tudo isso vai desmotivando tu reunir [sic] estratégias para fomentar o trabalho no cotidiano"* (AS-G). Interessante fazer o enlace do registro com Netto (2013). Segundo ele, a partir do reconhecimento da assistência social como direito e inscrita no sistema da proteção social, o Serviço Social passa a "situar a dimensão assistencial do seu exercício, superando"⁵ o assistencialismo. Apesar dos participantes da pesquisa saberem da persistência de ações assistencialistas no âmbito institucional, por conta de diversos fatores e interesses, possivelmente os que mais sobressaem são os de viés político-partidários.

As relações conflitantes com a política partidária se evidenciam na maioria das respostas: *"qualquer coisa que tu fizeres de errado eles podem denunciar em função do partido político"*. Falta o código do entrevistado. Inserir-lo na segunda revisão. Para a entrevistada, os desafios são:

"(...) por ser um município pequeno também, onde todos se conhecem. Enfim, eu sinto de forma bem presente os entraves com as políticas partidárias. Muitas vezes a gente quer garantir direitos, e... acaba... bloqueando aí, os entraves com a instituição. Então, assim, a gente tem que ter uma postura muito firme, né? Para dizer que isto é um direito, que isso independente se votou em A ou B, né? Que o direito é garantido para ela (...)". (AS-C)

Sobre o citado, Mota (2017) argumenta que a precarização, no Serviço Social, contribui para uma desprofissionalização ou subespecializações, que vão de encontro ao trabalho intelectual. Processo esse que se agrava com a "interiorização do exercício profissional em municípios distantes das grandes capitais, onde predominam práticas clientelistas, fisiológicas e de mandonismo" (p. 702), principalmente no contexto de desqualificação e de rebaixamento da política eleitoral.

⁴ Historicamente marcada pelo cariz filantrópico-caritativo, a assistência social, mesmo tornada direito, não promoveu a reversão das formas filantrópico-caritativas que prosseguiram como tais (e que, ademais, registraram mudanças) e tão pouco, instaurou-se um novo estatuto, que a liberava das hipotecas da benemerência e do favor. Essa translação para o campo dos direitos foi profundamente significativa para o Serviço Social (NETTO, 2013, p.17).

⁵ Insista-se em que essa superação, por parte do Serviço Social, não significou, absolutamente, a ultrapassagem do assistencialismo que permeia muito da intervenção social conduzida por incontáveis instituições, agências e sujeitos coletivos operantes no âmbito da sociedade civil (NETTO, 2013, p. 29).

Atrelado às dificuldades com os partidos políticos, é relatado o fator das especificidades locais, ou seja, da construção social dos sujeitos relatados, como *“as dificuldades que estas famílias passam, por diferentes motivos, motivos culturais aqui muito presentes. Eu acho que a gente tem avançado bastante, mas tem muita coisa a mudar”* (AS-A).

As descontinuidades administrativas⁶ das ações públicas, organicamente vinculadas às trocas dos perfis político-partidários, estão presentes nas falas *“cada troca de gestão, de gestor da Assistência Social, começa uma nova caminhada (...) rotatividade de pessoas”* e, no relato, *“aí quando a pessoa começa a criar um entendimento, troca novamente a gestão, troca [sic] as pessoas”*. Em referência ao exposto, Nogueira (2006) identifica que,

Frente as constantes trocas, as reações da equipe técnica, composta por um corpo estável, passam pela acomodação (obedece cegamente às ordens das novas direções), pelo niilismo (faz o mínimo necessário e questiona tudo) e pela fuga criativa (desenhando realidades alternativas e tentando colocá-las em prática de forma invisível na organização e com membros e instituições externas) (p.16)

Os processos de precarização se sobressaem nas dificuldades, *“nosso maior desafio é dar conta da demanda, a gente acaba apagando incêndio, acúmulo de tarefas, é um ritmo de trabalho bem intenso”*. Na precarização, elencam-se

“espaços éticos de trabalho”; a relação dos investimentos *“o investimento tanto de pessoal de recursos humanos como de recursos materiais, de questões físicas”*; *“a questão de um carro para fazer uma visita”*. [...] *“Então, a gente tem que estar o tempo todo justificando porque precisa destes recursos, de equipamentos, eu tenho que visualizar números”*. (AS-G).

Além disso, identificou-se que grande parte dos respondentes exerce seu trabalho profissional na política de Assistência Social. Essa informação leva a inferir sobre os processos de precarização inseridos na profissão, pois, apesar de importantes

implementos legais para a normatização dessa política, não se consolidam de imediato. Outrosim, a morosidade em fortalecer mecanismos de financiamento eficazes para a condução da política se aliam à forte oposição dos gestores quanto a sua implementação.

No material coletado, observa-se, ainda, que a fragilidade se apresenta de forma muito concreta na condição do vínculo empregatício como condicionante para o exercício profissional, ou seja, sendo concursado, não deve obediência ao governo, como no trecho: *“um vereador pedia (...) o prefeito dizia para fazer (...) ser concursado e poder se posicionar, não ter vínculo”* (AS-D).

A categoria 'relativa autonomia' surge, nesta fala, como noção de autonomia de movimento, espaço, cerceamento físico de ir e vir: *“autonomia profissional muda, conforme muda a gestão (...) poder sair, poder fazer, poder articular, eu acho que é isso a minha autonomia nessa área”* (AS-D).

Dito de outra forma, essa manifestação relaciona-se à gestão personificada no partido, cerceando movimentos, assim como o desenvolvimento do trabalho profissional, como é possível também identificar em outra fala: *“se tu não fizesses o que o gestor deixasse ou como ele queria, né? Tu eras demitido ou tu eras remanejado (...) a gestão te punia”* (AS-B). Ou, ainda, no trecho: *“em se tratando de atendimento ao usuário pelo poder público, na maioria das vezes não temos total autonomia para a execução das ações necessárias”* (AS-A).

Sobre a relativa autonomia, há o seguinte relato: *“eu dou autonomia como gestora, mas, acima de mim, existe [sic] outros gestores e eu também não tenho total autonomia”* (AS-C). Aqui, surge um fator importante, tendo em vista que a profissão não dispõe de uma total autonomia. Para Lamamoto (2010), a autonomia profissional é condicionada pelas lutas hegemônicas presentes na sociedade. Porém, no fortalecimento, na relativa autonomia nos espaços de trabalho, o profissional conta com “(...) sua qualificação acadêmico-profissional especializada, com a regulamentação de funções

⁶ A expressão continuidade e descontinuidade administrativa se refere aos dilemas, práticas e contradições que surgem na Administração Pública, direta e indireta, a cada mudança de governo e a cada troca de dirigentes. Como fenômeno, manifesta-se pelas consequências organizacionais de preencher um sem número de cargos de confiança, explícita ou implicitamente, disponíveis para distribuição no interior das organizações públicas (SPINK, 1987, p. 57 conforme NOGUEIRA, 2006, p. 15)

privativas e competências e com a articulação com outros agentes institucionais" (p. 422), que se aliam a outras organizações de trabalhadores.

Nesse contexto, há uma pressão do poder institucional sobre o trabalhador, que institui a limitação do modo de operar, de acessar recursos necessários e de construir a direção do seu ofício, segundo rumos emancipatórios. Na maioria, as direções são diferentes dos ideais dos empregadores. Trata-se, portanto, do encontro antagônico de interesses sociais distintos, "que se refratam no terreno institucional enquanto forças sociopolíticas em luta pela hegemonia que podem ancorar politicamente o trabalho realizado" (IAMAMOTO, 2010, p. 422).

Outra profícua questão a ser levantada é o argumento do pensamento empresarial na gestão pública. Ele exerce sobre o trabalho profissional a busca pela "produtividade", como observamos: "*dentro do serviço público é que a gestão está muito interligada com os números, acaba prejudicando o fazer profissional*" (AS-F). Para lamamoto (2010), essas questões ligadas à gestão, seriam a "interferência de produtividade, eficiência, as pressões dos prazos e das rotinas a serem observadas" (p. 424) que, somadas às atribuições delegadas pelo empregador e nos recursos dispostos, atingem diretamente o trabalho profissional em seu conteúdo e qualidade, o que se percebe na fala: "*eles querem o resultado, o processo que é tão importante eles não dão o devido valor e acaba prejudicando o fazer ético profissional*" (AS-F).

Posto isso, os profissionais relatam sobre alguns fatores que podem contribuir para a materialização da dimensão política do trabalho profissional, quais sejam:

"Unindo forças, trabalhos de conscientização do livre exercício da profissão e regulamentação de leis de amparo e acesso à política de direitos... formação de gestores comprometidos com políticas sociais de direitos" (AS-A).

Referem, também, a

"campanhas de esclarecimento (agosto lilás, setembro amarelo, etc.), através de palestras

nas escolas, grupos de família, fizemos pedágio aqui no município com a entrega de panfletos esclarecendo sobre os direitos da mulher, sobre a Lei Maria da Penha (...) divulgar o que diz em Lei, quais são os direitos que as pessoas têm de proteção (...) participação dos usuários nos Conselhos Municipais" (AS-B).

Essa fala se contrapõe às respostas sobre a participação nas instâncias de controle social. A maioria dos participantes da pesquisa respondeu negativamente sobre sua própria participação. Nesse ponto, cabe resgatar que se trata de um cenário parecido com as falas acerca da necessidade de articulação com as instâncias organizativas da profissão, como aporte de contribuição para a materialização da dimensão política do trabalho profissional de assistente social.

No seguinte relato se observa o exposto: "*apoio e articulação das instâncias organizadoras da profissão, maior suporte e articulação da política social*" e "*trabalhar em conjunto e os próprios núcleos, esta linha de estudo, ela vem se perdendo, não vem tendo mais esses grupos de estudos, essas conscientizações*", que também apresentaram mínima participação dos respondentes nas instâncias organizativas. Dessa maneira, surge a necessidade de "*qualificar as equipes*" (AS-B) ao se referirem à busca pela materialização e à dimensão política do trabalho profissional.

Outra fala que chama atenção é a seguinte: "*Acho que a formação deve ser continuada, para a gente não perder a essência do que se aprendeu, não ficar muito tempo sem ter o contato com isso*" (AS-C) e a "*formações continuadas dão um gás, um plus para a gente ter mais contato e não se perder no dia a dia*" (AS-G). A respeito disso, lamamoto (2017) destaca que capacitar os profissionais pressupõe investir na manutenção e na consolidação do projeto profissional, trata-se de resistência frente aos processos de alienação impostos pelo capital.

Considerações finais

Segundo o estudo realizado, é urgente se discutir sobre o trabalho profissional inserido nas relações de poder e analisado *in loco*, no dia a

dia, ou seja, permeado pelo caráter contraditório, manifestado no cotidiano profissional.

É pulsante, portanto, analisar e identificar a funcionalidade do Estado, no agravamento das expressões da questão social, como mecanismo funcional ao Capital, para manter e justificar a extração da mais-valia. Nesse ponto, é contunente pensar a dimensão política do trabalho profissional, ou seja, inserido nas relações de poder, uma vez que o PEP é plenamente antagonico ao discurso ideológico burguês, que tensiona os valores, as diretrizes e os fundamentos do projeto profissional e seus direcionamentos políticos e éticos.

Neste estudo, pretendeu-se levantar essas questões. Para isso, utilizou-se como base o materialismo histórico-dialético, elencado pelo Serviço Social, após importantes e decisivos movimentos de contestação dentro da categoria. O materialismo se pauta na história como prática social de condições determinadas. Se apresenta histórico porque as condições materiais não são naturais e não são respostas determinadas por essência de um ser superior; são, na verdade, práticas humanas de viés político e social e dialético, pois se configura no próprio movimento da contradição, do capital e do trabalho.

O movimento político evidenciado nesta produção se pautou em romper com os referenciais conservadores e realizar a apropriação do pensamento de Marx, no marco histórico do Serviço Social, denominado, nos estudos dos fundamentos, Movimento de Reconceituação. Esse movimento foi demarcado, como referencial hegemônico, na revisão curricular de 1982 e no Código de Ética, de 1986; porém, adensa-se e se concretiza no Código de Ética, de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão, em 1993 e nas Diretrizes Curriculares, de 1996. O arcabouço legal, anteriormente citado, concretiza-se pelo reflexo da organização política da categoria.

Nesse interim, entende-se que as expressões da questão social, matéria de trabalho de assistentes sociais, não compõe um fenômeno único da realidade brasileira. Todavia, suas refrações se singularizam na realidade, devido à formação

sócio-histórica, com particularidades colonial-escravistas, condicionante, historicamente, ao capitalismo em caráter tardio e dependente.

As análises realizadas indicaram uma lacuna importante entre a construção teórica nas produções sobre a dimensão política do trabalho de assistentes sociais e a conformação desse entendimento entre os profissionais do Vale do Rio Pardo. Dessa forma, percebeu-se que há uma fragilidade na compreensão da dimensão por parte dos respondentes, inclinando-se a uma aversão perigosa à palavra política, muito ligada aos conflitos com a política partidária, indicando que essa seja uma nova proposta de aprofundamento em pesquisas da área.

Nesta senda, a partir deste estudo, foi possível identificar as dificuldades, os desafios e as lutas cotidianas dos(as) assistentes sociais que exercem suas atividades na região do Vale do Rio Pardo. Além disso, ousa-se inferir que, provavelmente, seja a realidade de outros municípios no interior do Estado do Rio Grande do Sul.

Transparecem, de forma muito evidente, as dificuldades no trato com os gestores, principalmente os que percebem o assistencialismo, como forma de conduzir a política de Assistência Social e, também, exercer um poder de mando sobre a equipe técnica permanente. Conduzem o trabalho por vias que não coadunam com a perspectiva dos direitos.

Assim sendo, o tempo presente exige um posicionamento explícito, no que diz respeito à coletividade, dado que se vivem tempos de retrocessos, tempos estranhos, de ameaças reais e concretas. Esse cenário coloca os profissionais frente a importantes questionamentos: o que fazer? Qual a parte que nos cabe nesta conjuntura?

Ao entender que os(as) assistentes sociais, em seus cotidianos, deparam-se com inúmeros desafios para que sua prática responda aos arcabouços legais, norteadores da profissão, direciona-se, assim, um movimento intelectual para o protagonismo político do Serviço Social. Ademais, identifica-se a necessidade de constante atualização, sempre com o olhar no horizonte do PEP, a fim de evitar a defasagem entre as

intenções expressas no discurso, que ratifica o fazer, e o próprio exercício desse fazer.

Revisitando os anos de 1990, entende-se a proclamação no interior da profissão como uma resposta às novas expressões da questão social, que se apresentavam nos espaços de trabalho, advindas de uma crise no sistema capitalista. Nesse cenário, houve a alteração dos modelos de produção, a chamada Terceira Revolução Industrial. O modelo toyotista de produção ganha destaque, aliado a uma efetivação do ideário neoliberal, que se mostrou muito perverso na América Latina. Com isso, ocorreu uma redução na intervenção do Estado e contrarreformas expropriaram direitos da classe trabalhadora.

Em resumo, a história evidencia que, nas chamadas crises capitalistas, há sempre o desemprego em massa e a perda de direitos. Questiona-se, portanto: o que se tem hoje? A resposta para essa pergunta é: uma nova crise do capital, que adentra o Estado brasileiro de forma arrasadora. Essa crise manifesta um projeto em curso para a criação de uma geração de trabalhadores sem direitos garantidos e trabalhos precários, assim como o discurso do empreendedorismo como forma de transferir ao trabalhador a responsabilidade de "vencer na vida".

Nesse sentido, frente a todos os desafios expostos, é preciso ressignificar e reafirmar os valores do projeto profissional; efetivar a dimensão política e falar abertamente sobre ela; e desconstruir os estigmas da palavra política, pois se trata do compromisso dos assistentes sociais com a classe trabalhadora. Portanto, surge a necessidade de politizar os fenômenos sociais e os fenômenos no cotidiano profissional. Para assistentes sociais, a ofensiva se agiganta, uma vez que o que está em jogo é o PEP do Serviço Social, duramente construído e defendido dentro da categoria profissional, tornando imprescindível seu debate coletivo.

Nesses tempos estranhos, o Serviço Social é chamado a analisar a conjuntura, a realidade com as lentes do marxismo e, acima de tudo, exercer a dimensão política do trabalho profissional. Exige-se, portanto, o pensar estratégico do assistente

social, como profissional que potencialize a luta de classes, adiantando, assim, a reflexão sobre como acontece, na atualidade, as novas refrações da questão social e o acirramento da exploração do trabalhador em uma luta evidentemente anti-capitalista. Afinal, faz parte de uma profissão que tem lado, o lado da classe trabalhadora.

Referências

BOSCHETTI, Ivanete. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.º 128, p. 54-71, jan./abr. 2017.

COSTA, Micaela A. R.; SILVA, Lizete Augusta V. P. L.; SILVA, Andréa Lima da. Agenda feminista em construção e a direção emancipatória do conjunto Cfess/Cress. *Temporalis*, Brasília, ano 17, n.º 34, jul./dez. 2017.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). *Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014. (p.177-194)

IAMAMOTO, Marilda V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 4.ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social. Ensaios críticos*. 12.ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 41.ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n.º 128, p. 13-38, jan./abr. 2017.

MOTA, Ana Elizabete. 80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n.º 128, p. 39-53, jan./abr. 2017.

NETTO, José Paulo. *Assistencialismo e regressividade profissional no serviço social*. Lusitana. *Intervenção Social*, Lisboa, n.º 41, p. 11-35, 1.º sem. 2013.

NOGUEIRA, Fernando do Amaral. *Continuidades e Descontinuidades Administrativas em Governos Locais: fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos*. 2006. [Dissertação de mestrado em Administração Pública e Governo]. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006. 139f.

PALMA, Diego. *A prática política dos profissionais: o caso do Serviço Social*. 2.ª ed. São Paulo: Cortez; Lima (Peru): CELATS, 1993.

REIDEL, Tatiana; CORRÊA, Lais D. Perfil de Assistentes Sociais gaúchos (as) e as marcas históricas no trabalho profissional. In: IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC, 2022. Disponível nos Anais do IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/242054>

SOBRINHO, Jodeylson I. Lima; LIMA, Rita de Lourdes de. Os desdobramentos do ethos idealista-formal no trabalho dos (as) Assistentes Sociais. *Temporalis*, Brasília, ano 18, n.º 36, p. 28-44, jul./dez. 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.º 120, p. 677-693, out./dez. 2014.

Elaine Pintos de Oliveira

Assistente Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestre em Política Social e Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Assistente Social na Saúde Mental (CAPS II) em Alvorada, RS, Brasil.

Tatiana Reidel

Assistente Social. Mestra e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Realizou estágio pós-doutoral em Serviço Social pela *Universidad Complutense de Madrid*, Espanha. Professora Associada do Departamento de Serviço Social e Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista Produtividade CNPq. Líder do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Trabalho, Formação e Ética Profissional em Serviço Social (GEPETFESS).

Endereço para correspondência

ELAINE PINTOS DE OLIVEIRA

Rua Princesa Isabel, 317

Americana, 94820270

Alvorada, RS, Brasil

TATIANA REIDEL

Rua Mariante, 1076, 66

Rio Branco, 90430181

Porto Alegre, RS, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Mais H Consultoria Linguística e submetidos para validação das autoras antes da publicação.